

**NADIA DE ARAÚJO**

Professora de Direito Internacional Privado - PUC – Rio.  
Doutora em Direito Internacional, USP.  
Mestre em Direito Comparado, GWU.  
Procuradora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

**DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**

Teoria e prática brasileira

3ª edição Atualizada e ampliada

Editora RENOVAR

Rio de Janeiro • São Paulo • Recife  
2000

**Localização: 341.9  
A663d  
3.ed.**



CIP-Brasil.

Catálogo-na-fonte Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A663

Araújo, Nadia de

Direito internacional privado: teoria e prática brasileira - 3.ed.  
atualizada e ampliada / Nadia de Araújo. - Rio de Janeiro: Renovar,  
2006. 604p. 23cm

ISBN 85-7147-560-1

1. Direito internacional privado — Brasil. I. Título.

CDD -341.59

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98) Impresso no Brasil \* Printed in  
Brazil J



## Sumário

<b>AGRADECIMENTOS</b>	IX
<b>PREFÁCIO</b>	XIII
<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>INTRODUÇÃO A 3ª EDIÇÃO</b>	5
<b>I - PARTE GERAL 1</b>	7
1. O NOVO DIPr E OS DIREITOS HUMANOS	9
1.1 Direitos humanos e direitos fundamentais - a proteção da pessoa humana	22
<b>2. O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO ATUAL: OS     SUJEITOS E SEU CONTEÚDO NUCLEAR</b>	29
<b>3. MÉTODOS DE ESCOLHA DA LEI APLICÁVEL</b>	33
3.1 O método de DIPr - breve histórico	34
3.2 O Método Conflitual Tradicional'	38
3.3 O Sistema 'Unilateral – A Revolução Americana	42
<b>4. AS MODIFICAÇÕES NO DIPr EUROPEU</b>	49
4.1 A convergência com os princípios do direito americano	49
4.2 A codificação internacional e as Convenções, da Haia	51
4.3 A codificação comunitária	55
4.3.1 Regulamento n° 44/2001 relativo à Competência Judiciária, ao Reconhecimento e à Execução de Decisões em Matéria Civil e Comercial	56
4.3.2 Regulamento n° 2.201/2003 do Conselho da União Européia relativo à Competência, ao Reconhecimento e à Execução de Decisões em Matéria Matrimonial e em Matéria de Responsabilidade Parental	58
4.3.3 A Convenção de Roma sobre a Lei Aplicável às Obrigações Contratuais, de 19 de junho de 1980	61
4.3.4 As Diretivas	63
4.4 A Codificação Nacional	64
<b>5. A SITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL</b>	69
5.1 A codificação internacional - As CIDIPs	70

Localização: 341.9  
A663d  
3.ed.



5.1.1 A Convenção Interamericana sobre o Direito Aplicável aos Contratos Internacionais	82
5.2 A codificação do Mercosul	88
5.3 A codificação nacional	93
5.4 O exemplo brasileiro - Codificação do DIPr no Brasil	95
<b>6. OS LIMITES À APLICAÇÃO DA LEI ESTRANGEIRA</b>	<b>99</b>
6.1 Ordem pública e regras de caráter imperativo	99
6.2 Ordem pública no DIPr e os direitos fundamentais	104
6.2.1 Breves notas sobre a argumentação jurídica	107
6.2.2 A aplicação da nova concepção de ordem pública no DIPr atual	115
6.2.3 A aplicação do Princípio da Ordem Pública pelo STF	123
<b>7. FONTES DE DIPr E SEUS CONFLITOS</b>	<b>129</b>
7.1 Histórico do ensino do TJIPr no Brasil e sua literatura	129
7.2 Fontes do DIPr no Brasil	133
7.2.1 Fontes de origem nacional	133
7.2.2 Fontes de origem internacional	134
7.3 Conflitos de fontes	136
7.3.1 Incorporação dos tratados no direito interno brasileiro	137
7.3.2 Fases da incorporação dos tratados	139
7.3.3 A polêmica entre os dualistas e monistas	146
7.3.4 A jurisprudência	150
7.3.5 O parágrafo 3º do artigo 5º da CF (EC 45)	167
Quadros-Resumo	171
<b>II.PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL</b>	<b>203</b>
<b>8. PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL</b>	<b>205</b>
<b>9. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL NO BRASIL</b>	<b>213</b>
9.1 Competência concorrente	222
9.2 Competência exclusiva	233
<b>10. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO</b>	<b>239</b>
10.1 Desenvolvimento histórico do conceito de imunidade de jurisdição	240
10.2 Nas convenções, internacionais	242
10.3 No Brasil	243
10.3.1. Regulamentação	243
10.3.2 Posição da jurisprudência.v.	245
10.4 A sujeição do Estado. Brasileiro à justiça estrangeira V	250

**Localização: 341.9  
A663d  
3.ed.**



<b>11. APLICAÇÃO É PROVA DO DIREITO ESTRANGEIRO</b>	253
<b>12. A CAUÇÃO DE ESTRANGEIRO OU PESSOA JURÍDICA DOMICILIADA NO EXTERIOR</b>	261
<b>13. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL</b>	265
13.1 Cartas rogatórias	271
13.1.1. Evolução das cartas rogatórias no Brasil	272
13.1.2. Requisitos e situação atual das cartas rogatórias passivas	274
13.1.3 Convenções internacionais	277
13.1.4 A jurisprudência do STF e do STJ	286
13.2 Sentenças Estrangeiras	292
13.2.1 Requisitos da homologação de sentenças estrangeiras	299
13.2.2 Outras Hipóteses de homologação de sentenças estrangeiras	312
13.2.3 Execução da sentença estrangeira	319
Quadros-Resumo	321
<b>III - PARTE ESPECIAL</b>	343
<b>14. CONTRATOS INTERNACIONAIS</b>	345
14.1 Histórico das regras de conexão	348
14.2 Regra de conexão no Brasil	350
14.3 O princípio da autonomia da vontade	352
14.3.1 O princípio no Brasil	354
14.4 Outras questões sobre a lei aplicável	359
14.4.1 Eleição de foro	362
14.4.2 Contratos internacionais com os consumidores	369
14.5. As regras do Mercosul	373
14.6 A jurisprudência	375
14.6.1 Ausência de local de celebração determinado	383
14.6.2 Dépeçage ou fracionamento	383
14.6.3 A cláusula de eleição de foro	384
<b>15. DIREITO DE FAMÍLIA NO DIPR</b>	397
15.1. O casamento e seus efeitos para o DIPr	400
15.1.1 Casamento celebrado no Brasil	401
15.1.2 Habilitação de nubente divorciado no estrangeiro	404
15.1.3 Casamento consular celebrado no Brasil	406
15.1.4. Casamentos, celebrados no, exterior	409

**Localização: 341.9  
A663d  
3.ed.**



15.1.5 Casamento celebrado.no exterior, perante a autoridade consular brasileira	417
15.1.6 Os efeitos pessoais do casamento e as regras de DIPr	417
15.1.7.Efeitos patrimoniais do casamento	428
15.2 A dissolução do casamento	443
<b>16. SUCESSÃO INTERNACIONAL</b>	<b>447</b>
16.1 A sucessão e o DIPr	449
16.2 O testamento com efeitos em outro país	457
<b>17. ARBITRAGEM INTERNACIONAL</b>	<b>461</b>
17.1 Histórico	461
17.2 Validade, reconhecimento e força executiva perante o Judiciário local	463
17.3 Arbitragem interna e internacional: admissibilidade	465
Convenção de arbitragem: regras básicas	465
Cláusulas multiparte	467
Medidas cautelares (em sede arbitral ou judicial)	
admissibilidade de sua decretação nas arbitragens internas e internacionais	468
Laudo arbitral e sua motivação	469
Recursos contra a sentença arbitral - sede de decisão e motivos	470
Tratados internacionais nos quais o Brasil é parte de reconhecimento e execução de laudos estrangeiros	471
17.4 A prática arbitral	475
<b>18. ALIMENTOS NO PLANO INTERNACIONAL</b>	<b>477</b>
18.1 A legislação brasileira; normas de origem interna e internacional	478
18.2 Iniciativas globais e regionais	479
18.2.1 A Convenção de Nova York	480
18.2.2 A Convenção Interamericana	484
18.3 Jurisprudência brasileira sobre alimentos no plano internacional	486
18.5 Iniciativas recentes no tema de alimentos: o trabalho da Comissão Especial sobre cobrança de alimentos da Conferência da Haia	490
<b>19. ASPECTOS CIVIS DE SEQÜESTRO DE MENORES</b>	<b>497</b>
19.1 A regulamentação brasileira	500
19.2 Convenções internacionais e sua aplicação no Brasil	501

**Localização: 341.9**  
**A663d**  
**3.ed.**



19.2.1 A Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro de Menores e sua aplicação no Brasil	502
19.2.2 Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores	511
<b>Quadros-Resumo</b>	513
<b>CONCLUSÕES</b>	535
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	541
<b>ANEXOS</b>	
1. Legislação	567
1.1 Lei de Introdução ao Código Civil	567
1.2. Resolução nº 9 do STJ (4 de maio de 2005)	571
2. Convenções de DIPr em vigor	573

**Localização: 341.9  
A663d  
3.ed.**

